

LUTAS TERRITORIAIS

RESISTÊNCIAS AO AVANÇO DO URBANISMO NEOLIBERAL

Bernardo Neves

INDISCIPLINAR UFMG

Marcela Brandão

INDISCIPLINAR UFMG

Luís Henrique Marques

INDISCIPLINAR UFMG

Natacha Rena

INDISCIPLINAR UFMG

Para dar continuidade sobre a redefinição da resistência na contemporaneidade, é necessário entender como as resistências urbanas mais atuais passam a agir sobre a conjuntura urbana envolvendo as políticas públicas voltadas para as cidades envolvidas em processos desenvolvimentistas e cada vez mais financeirizados. Vale ressaltar que as metrópoles fazem parte de um contexto global que assola quase o mundo inteiro, intensificada com a crise econômica mundial de 2008, que abriu um ciclo intenso de lutas mundo afora.

Os novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2014) com fortes narrativas culturais e identitárias emergiram em um conjunto de levantes simultâneos que ocuparam ruas e redes digitais. Conectadas globalmente, essas insurgências varreram países, tanto no oriente quanto no ocidente, principalmente em duas frentes mais evidentes: (I) a Primavera Árabe (Tunísia, Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Sudão, Iraque, Líbia, Síria, dentre outros) e (II) os *occupies* (Occupy Wall Street, Occupy London, 15M Madrid e toda Espanha, dentre outros).

Tratando destas revoltas conectadas em rede globalmente, Manuel Castells, em um livro que se tornou referência para estudiosos e ativistas envolvidos com as lutas contemporâneas, "Redes de indignação e esperança" (2012), discorre sobre a potência da conectividade dos grandes grupos que tomaram as ruas:

O que há de comum entre a Tunísia e a Islândia? Absolutamente nada. E, no entanto, as insurgências políticas que transformaram as instituições de governança nos dois países em 2009-2011 tornaram-se o ponto de referência para os movimentos sociais que sacudiram a ordem política no mundo árabe e desafiaram as instituições políticas na Europa e nos Estados Unidos. Na primeira manifestação de massa realizada na praça Tahrir, no Cairo, em 25 de janeiro de 2011, milhares gritavam "A Tunísia é a solução!", modificando de propósito o lema "O Islã é a solução!", que havia dominado as mobilizações sociais no mundo árabe nos últimos anos. As palavras de ordem referiam-se à derrubada da ditadura Ben Ali, que fugira de seu país em 14 de janeiro, após semanas de protestos de pessoas comuns que conseguiram sobrepor-se à sangrenta repressão do regime. Quando Indignados da Espanha começaram a acampar nas principais praças das cidades de todo o país, em maio de 2011, proclamaram que "A Islândia é a solução!". E quando os novaiorquinos ocuparam espaços públicos em torno de Wall Street, em 17 de setembro de 2011, chamaram seu primeiro acampamento de praça Tahrir, da mesma forma que os ocupantes da praça Cataluña, em Barcelona.

— CASTELLS, 2013, p.23

Castells nos pergunta sobre o fio comum que uniu essas grandes e massivas rebeliões, apontando para experiências de revolta bastante similares, mesmo que se tratando de contextos culturais, econômicos e institucionais totalmente diversos. Segundo o autor, havia uma sensação de empoderamento que nascia do desprezo pelos governantes e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou não. O que ocorreu nesse ciclo de lutas, principalmente em 2011, foram revoltas estimuladas pela indignação com a cumplicidade percebida entre as elites financeira e política, e desencadeadas pela sublevação emocional de algum evento insuportável, só se tornando "possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano" (CASTELLS, 2013, p.23). Aí está, para Castells, o ambiente político insurgente que abrigou o ciclo de lutas em 2011 nos países árabes, na

Espanha e no Occupy Wall Street, e que fez emergir com muita força o que autores como Michael Hardt e Antonio Negri irão definir como multidão (HARDT; NEGRI, 2001, 2005, 2009, 2014).

É sob este "espírito" insurgente, multitudinário, de enxame, que muitos movimentos sociais ativistas surgem na última década no Brasil. Como nos interessa nesta pesquisa, além de rastrear os processos neoliberalizantes do Estado-capital sobre as cidades, também cartografar as principais lutas territoriais que aconteceram após o MNRU¹ em algumas metrópoles brasileiras, é interessante mostrar as pistas deixadas pela contaminação entre modos clássicos de luta por direitos sociais, principalmente por moradia, e novos modos de realizar disputas territoriais.

Ou seja, para mapear e identificar as diferenças e as semelhanças entre os movimentos militantes pela Reforma Urbana e os movimentos ativistas multitudinários que ocuparam o Brasil com muita expressividade pós Jornadas de Junho de 2013, buscou-se na pesquisa de Maria da Glória Gohn (2014) referências rastreadas em diversos momentos históricos. Gohn traçou diferenças e proximidades entre o que ela denominou novos movimentos dos anos 1970-1980, com causas de caráter mais universal, e novíssimos movimentos do século XXI, de caráter mais exclusivo e identitário:

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter "direito a ter direitos". Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social.

— GOHN, 2014, p. 11-12

Os novíssimos movimentos sociais descritos por Gohn (2013, 2014, 2017) mantém certa correlação com os movimentos denominados por Hardt e Negri como multidão (2001, 2005, 2009, 2014), insurgências essas que se alastraram para fora do centro Europa-EUA e atravessaram diversos países periféricos, como aconteceu no Brasil² durante as Jornadas de Junho de 2013.

A característica geral dessas insurgências tem sido, de maneira variada, a posição da sociedade civil de forma organizada e/ou espontânea, tendo em geral, uma posição contra projetos, atitudes e políticas envolvendo o conluio Estado-capital, que representa, segundo Dardot e Laval (2016), o modelo de governança da lógica neoliberal contemporânea.

1
O Movimento Nacional da Reforma Urbana constituiu força em meados da década de 1980 no Brasil, quando alguns estudiosos começaram a defender uma "reforma urbana" (SOUSA, 2006)

2
Diferente de outros países imersos no campo das lutas contra os efeitos gerados pela crise econômica de 2008, o Brasil ocupava o lugar de sexta maior economia mundial e não havia sido engolfado pela depressão econômica exatamente porque decidira adotar políticas anticíclicas à crise mundial, possuindo naquele momento, por exemplo, um dos menores índices de desemprego de sua história.

Desde o processo de redemocratização brasileiro, a agenda da Reforma Urbana foi marcada pela simultaneidade de processos de neoliberalização da economia nacional, insurgências civis e democratização das instâncias decisórias governamentais a partir do orçamento participativo e dos conselhos municipais. Nesse ponto, Alain Badiou (2012) nos alerta que as tentativas de mudar o Estado e de abandonar as referências ao socialismo ou ao comunismo tendem ao seu alinhamento às imposições do capitalismo.

A consequência das progressivas ondas de neoliberalização na formulação de um Estado – que não é mínimo, mas um Estado de mercado ativo, disposto a escoar seu próprio excedente no mercado que defende- implicou no arrefecimento dos serviços sociais estatais, acompanhado pelo surgimento de um novo e crescente setor a partir dos anos 1990. Essa nova estrutura de reprodução da força de trabalho, sediada por instituições privadas³, mas calcada no trabalho voluntário e na filantropia⁴, passa a preencher a lacuna assistencialista criada pelo neoliberalismo entre a população e o Estado. Diferente do associativismo dos anos 1970-1980, composto principalmente por cooperativas e sindicatos, o novo terceiro setor dos anos 1990 é composto principalmente por organizações não-governamentais (ONGs).

Essas ONGs passaram a proliferar em todo o ocidente a partir dos anos 1990 e trouxeram consigo um pacote de novidades que alteraram o associativismo compondo um novo terceiro setor. Elas se diferem do associativismo anterior pela inversão da crítica-demandatária e pressão-reivindicativa para um propositivismo que formula soluções pontuais. As ONGs se caracterizam por certa lógica empresarial que faz uso do planejamento estratégico, de ponderações custo-benefício, eficiência, competitividade⁵, autoprodução midiática, e envio de relatórios e indicadores às instituições financiadoras (GOHN, 2000). Operam através de pautas temáticas, que se territorializam e desterritorializam com temporalidade relativamente efêmera, de acordo com os fluxos de financiamentos disponíveis, o que implica em certa desarticulação com a temporalidade do planejamento urbano e da agenda histórica da Reforma Urbana. As ONGs também se articulam em redes e realizam grandes encontros e fóruns. Estes fóruns funcionam como dispositivo de pressão popular, onde são formuladas e anunciadas as narrativas comuns que têm efeitos tanto midiáticos-populares, quanto legislativos-governamentais. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2001 foi um marco decisivo na formulação desse novo modelo político.

Assim como Dardot e Laval (2016) descrevem o empresariamento do Estado e dos sujeitos portadores de uma nova razão neoliberal, poderia se dizer que as lutas também são afetadas por esse processo, tendo em vista que o novo associativismo estabelece, a partir dos anos 1990, novos pontos de convergência: “políticas públicas para as crianças, para as mulheres, os índios, sem-terra, jovens e adolescentes” (GOHN, 2000, p.79) e temas sócio-econômicos como “sustentabilidade, geração de renda, produção coletiva, trabalho cooperado, etc.” (GOHN, 2000, p.97). Com a ampliação do financiamento ao terceiro setor por parte de empresas, fundações, institutos, bancos, alguns

coletivos passaram a compor equipes e projetos de ONGs como possibilidade de angariar fundos para a militância. Gradativamente, ao longo dos anos 1990, o propositivismo dessas ONGs foi se inserindo no campo militante, o que não significa fusão ou a descaracterização das respectivas estéticas-políticas, mas indica um processo mútuo de contágio de práticas e modos que envolvem o campo da produção neoliberal própria das disputas envolvendo tanto o capitalismo Imperial, quanto as novas resistências multitudinárias. Dessa emulsão entre militâncias e ONGs, constituem-se os novos sujeitos das lutas, que provavelmente atravessaram a composição de um terceiro campo estético-político: o ativismo. Observa-se uma tendência de deslocamento das posições da sociedade civil mobilizada para fora do campo das lutas de classes identificável no desvio do militante revolucionário para operário voluntário, do cidadão assistido por políticas públicas estatais para o “cliente” das políticas públicas administradas pelo terceiro setor, da crítica reivindicativa, para a boa vontade da proposta voluntária.

Desde a segunda metade do Século XX, os ciclos de luta vêm alterando suas geografias de resistência e contrapoder, transmutando, aos poucos (e com maior intensidade a partir dos anos 1990), de sistemas duros, militantes, arborescentes, centralizados e verticais, para sistemas fluidos, ativistas, rizomáticos, dispersos e horizontais, ou seja, das lutas em tempos de capitalismo fordista e industrial localizado nos ambientes de trabalho produtivo, para as lutas em tempos de capitalismo pós-fordista e pós-industrial localizados nas metrópoles: do chão de fábrica para as ruas; dos sindicatos que lutavam contra os padrões proprietários das fábricas para os movimentos ativistas urbanos que ocupam as praças; das lutas de classes envolvendo classe proletariada e burguesia para as lutas por direitos e reconhecimento identitário e cultural. Esses processos vêm se manifestando com alternâncias entre apostas e negações ao Estado, ao passo que os próprios Estados vão também alterando suas morfologias por meio de diversos modos de organização pautados na gestão empresarial e na governança neoliberal, envolvendo fortemente o mercado e sua lógica para administração da coisa pública.

Para Hardt e Negri (2005, 2009, 2014), as forças produtivas que movem o capitalismo pós-fordista, trabalhando intensamente com ideias, afetos e comunicação, não estão mais simplesmente concentradas nas fábricas, mas sim, espalhadas pelo terreno social urbano e por toda a metrópole, lugar privilegiado onde as forças multitudinárias, advindas do novo sujeito político multitudinário, residem e interagem. Essas mesmas forças são também criadoras de uma multidão antagonica, conectada ao Império⁶ e também capaz de constituir “um Contra-império, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. E, por isso, os esforços para contestar e subverter o Império, e para construir uma alternativa real, terão lugar no próprio terreno imperial” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12-15). Os movimentos multitudinários, que surgiram em todo o mundo pós crise econômica de 2008, são exemplos bastante claros de levantes formados por grupos heterogêneos atuando em redes e nas ruas, muitos deles indignados com os mecanismos de expropriação do que é público e do que é comum pelo conluio Estado-mercado (RENA, 2015).

Durante as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, as grandes obras preparativas para a Copa de 2014 foram alvo de denúncias que circularam por diversas

3

Em geral, as organizações do terceiro setor se institucionalizam enquanto pessoas jurídicas para pleitearem editais de financiamento provenientes de empresas, bancos, fundações ou do próprio Estado. Boa parte das ONGs operam como prestadoras de serviços.

4

Harvey nos alerta sobre o humanismo neoliberal que predomina no mundo das ONGs e organizações filantrópicas comprometidas de corpo e alma com a erradicação, por exemplo, da pobreza e das doenças, a partir da descrição da mea-culpa do filho do bilionário Warren Buffet (HARVEY, 2016, p. 195).

5

Seja por renovações de projetos (contratos com agências financiadoras), seja na conquista de voluntários.

Para Hardt e Negri (2001), esse sistema neoliberal que atua na lógica imperial, em contraste com o imperialismo, não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas, pois é um aparelho de descentralização e desterritorialização global “que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão, já que o Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 12-15). Neste sentido, dentro do sistema imperial, neoliberal, os Estados-nação ocupam função secundária.

228

idades via movimentos que já vinham acompanhando as violações de direitos cometidas pelo poder público para efetivar obras realizadas por grandes empreiteiras. Junto de um conjunto amplo de demandas presentes nestas manifestações que eclodem Brasil afora, as pautas contra a privatização dos espaços públicos, envolvendo exclusão social por meio de processos gigantescos de remodelação urbana, eram recorrentes e ocupavam as principais assembleias populares das lutas naquele momento. Desde então, surgiram por todo país movimentos paradigmáticos para as lutas urbanas como: o Resiste Izidora em Belo Horizonte, atuando em defesa da ocupação como solução popular ao alarmante déficit habitacional na metrópole mineira; Vila Autódromo no Rio de Janeiro, atuando na resistência ao despejo e à gentrificação em nome das construções para as Olimpíadas de 2016; Ocupe Estelita em Recife contra o projeto Novo Recife, através da proteção do patrimônio histórico edificado como ponta de lança na defesa do cais como comum urbano; Parque Augusta em São Paulo, resistindo a um empreendimento imobiliário. Esses são alguns dos exemplos para tratar dos levantes e ocupas específicos em defesa do público e do comum urbano: “Essas e outras lutas multitudinárias nos inspiram a pensar como a inteligência coletiva, ou melhor, como a inteligência de enxame da multidão pode inventar e construir uma sociedade na qual quem governe seja a sociedade em rede” (MAYER, 2015, p. 141-142).

As insurgências urbanas realizadas pelos novíssimos movimentos sociais, que operam ocupando espontaneamente ou de modo planejado os espaços públicos e privados, já prefiguravam uma radicalização popular contra o avanço das ações do Estado-Capital globalizado desde 1999, quando tomaram as ruas de Seattle na tentativa de impedir o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMU). As pautas anti-globalização fundiam-se às pautas ambientalistas, dentre muitas outras, formando um conjunto heterogêneo de manifestantes, aparentemente sem comando organizado. Foi neste momento que os movimentos multitudinários emergiram com maior evidência.

Hardt e Negri (2001, 2005) sugerem que o que diferencia a multidão de povo (diretamente relacionado ao Estado-nação) ou de massa (diretamente relacionado ao mercado) é que a multidão é um conjunto de singularidades, desviando da ideia de unidade. Contudo, sem um delineamento preciso dessas insurgências, amplia-se a impossibilidade de desenhar uma única “classe” multitudinária que represente um conjunto articulado das resistências ao neoliberalismo privatista. Diferente do operariado, do proletariado, que se rebelava contra o patrão burguês (dono dos meios de produção), a partir dos anos 1990, a evidência da formação de uma nova “classe sem classe”, de um precariado, está também na base da conjuntura que propicia revoltas contra o Estado-capital em processos dispersos, difusos, a-centrados, heterogêneos, sem um inimigo muito bem delimitado, com pautas variadas e sem alinhamentos políticos definidos.

A partir dos rearranjos dos modos de produção, circulação e poder, pautados pelo capitalismo contemporâneo, constitui-se uma miríade de organizações e mobilizações de cunho multitudinário: (I) movimentos multiclassistas, multiculturalistas e apartidários, centralizados em pautas específicas que são transversais às polarizações entre esquerda e direita, ou nacionalista e

globalizada, como por exemplo, as lutas por mobilidade urbana, e movimentos por cultura e arte de rua, ambientalismos, protetores dos animais, midiativistas e muitos outros; (II) movimentos com campo de ação virtual, que articulam pela internet territórios de intercâmbio de experiências, afinamento de ações e redes de solidariedade, movimentos detentores de um aparato tecnopolítico muito apurado, alguns se articulam em movimentos *hackers*, que além de ataques a sites do governo ou de empresas, também têm feito o uso de *boots* que fazem numerosas postagens, alterando a percepção real de determinado comportamento popular nas redes sociais. (III) movimentos comunitários, sobretudo os por moradia, que retomam tradicionais estruturas verticais militantes de autogestão e autorganização, calcadas no trabalho de bases e no centralismo democrático, na produção de territórios de permanência e reformulação das comunidades, repensando os vínculos comunitários entre moradia e subsistência como resultantes às novas condicionantes de relação com o Estado-capital; (IV) movimentos municipalistas, lançando candidatos às eleições municipais com discurso de ampliação do campo de influência das pautas e das redes no interior do Estado; (V) movimentos menos populares, de alta complexidade tecnopolítica, que denunciam e disputam políticas públicas aparelhadas pela avidez do mercado, principalmente o financeiro e rentista que ataca o Estado gerando endividamentos públicos; (VI) movimentos baseados na identidade que reivindicam os direitos identitários-culturais: étnicos, religiosos, migratórios e sexuais. E por fim (VII), afloram-se grupos acadêmicos e de pesquisa universitária que mantém estreitas relações com as lutas, de modo que suas ações acabam surtindo efeitos análogos aos dos movimentos sociais, embora, de modo geral, mantenham relações políticas e temporalidades de ação específicas.

Assim, o campo da sociedade civil organizada passa a assimilar e atravessar uma complexa simultaneidade de pautas, causas, técnicas e modos de atuação que, salvo exceções, se apresentam em maior ou menor intensidade nos movimentos atuais.

Esses novos protestos em diferentes territórios e em diversos contextos socioeconômicos, políticos e culturais têm muito em comum. Eles são articulados através de redes sociais, especialmente através de redes sociais virtuais e novas tecnologias digitais na Internet (blogs, Facebook, Twitter, etc.). Eles são formados por ativistas, recrutados ad hoc para cada ação, embora possam criar memórias e “tribos de ativistas”. Deve-se notar que os ativistas diferem dos militantes dos movimentos sociais das décadas passadas, unidos por ideologias e ideias políticas. Os ativistas não pertencem permanentemente a um grupo específico. Eles são coletivos com alta visibilidade na mídia, organizados por pessoas pouco conhecidas no mundo da política “oficial”, geralmente profissionais liberais, como jornalistas.

— GOHN, 2017, p. 628-629, tradução nossa.

Portanto, é interessante pensar que esses novíssimos movimentos sociais metropolitanos, que ganham destaque e crescem configurando as lutas territoriais pós-anos 1990, possuem características mais ativistas do que militantes, mais dispersas, horizontais e plurais que concentradas, verticais e unitárias.

Aqui interessa também analisar as singularidades existentes entre os diferentes arranjos de lutas urbanas. A presente tentativa de distinguir militância de ativismo parte de um conjunto de análises comparativas de modo a tipificar as duas estéticas-políticas⁷. No atual contexto dos novíssimos movimentos sociais (mais ativistas) que atuam em rede (ou não) com os novos movimentos sociais (mais militantes), muitas das vezes ocorre uma contaminação mútua, uma visível hibridação de táticas e estratégias incorporadas via uso intenso de tecnologia, que se apresentam também como tecnopolíticas (uso simultâneo de redes e ruas), são modos de ação e engajamento utilizando ferramentas das quais os movimentos podem lançar mão em maior ou menor dosagem, dependendo da ocasião.

Poderíamos pensar essas diferentes estruturas das múltiplas lutas supracitadas recorrendo aos conceitos de estruturas mais arborescentes e/ou mais rizomáticas trazidas pela dupla de pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011). Segundo os autores:

(I) A árvore ou a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento.
— DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.24

(II) Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar.
— DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.17

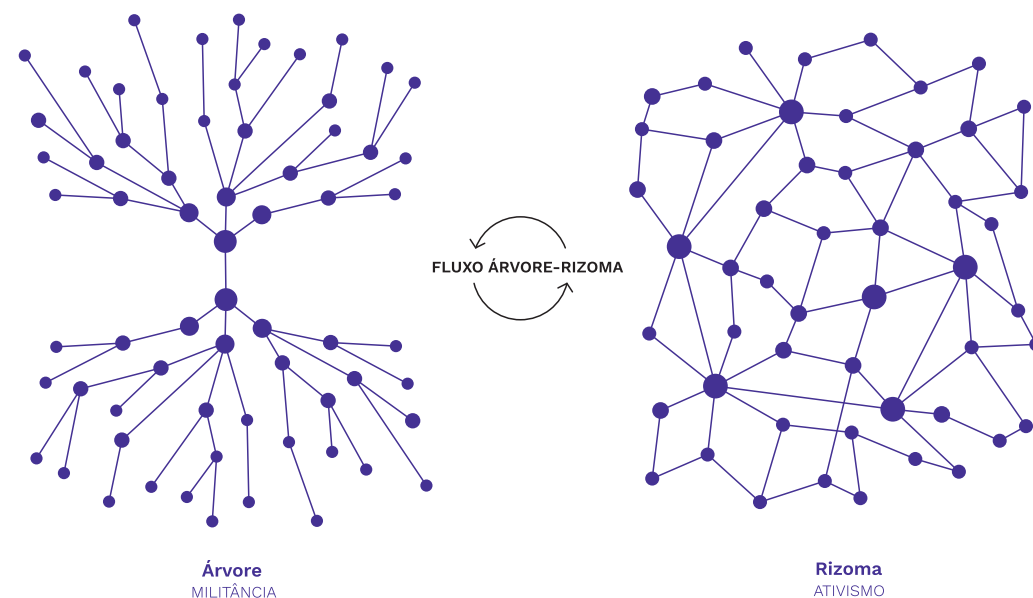
(III) Existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizoma.
— DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.23

Propõe-se aqui pensar que os esquemas mais ligados à militância, se utilizam de estruturas mais arborescentes, com tendências à unidade rígida, de comportamentos disciplinares mais claros, que reproduzem determinadas estruturas hierárquicas, incluindo sistemas normativos, estatutos e regimentos. Em contrapartida o ativismo possui características do rizoma e conta com estruturas evanescentes, difusas, fragmentadas, que se alternam contingencialmente, em rede, numa lógica de enxame bastante variável, criando sempre novas conexões e novos agenciamentos de pautas, atores, modos de fazer. É importante dizer que no rizoma as estruturas não deixam de existir, mas se alteram e se reformulam constantemente, produzindo estruturas mutantes e adaptáveis. Mas o que realmente interessa nessa analogia seria a relação entre o *modus operandi* da militância e do ativismo, que, como a árvore e o rizoma, se transmutam um no outro se contaminando, enredando coletivos, pautas, e, em diversos momentos, migrando táticas e estratégias militantes em ativistas e vice-versa. O mais interessante a se observar é que, a partir das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil – como também do ciclo de lutas anterior na Europa ou no Mundo Árabe em 2011, ou da pós-revolta em Seattle de 1999 –, os múltiplos e heterogêneos modos de reconstituir o social a partir das lutas aglomeram uma

vasta gama de tecnopolíticas, expertises, advindas dos novos e novíssimos movimentos sociais.

Outro ponto importante a ser abordado é que o capitalismo contemporâneo, com tendências imateriais e pós-fordistas, diferente do capitalismo industrial, é fortemente imaterial e tem características rizomáticas e, obviamente, as resistências a este modo capitalista mais atual se transformaram muito nos últimos anos. Em suma, com a modificação do sistema produtivo capitalista, modificou-se também o *modus operandi* das lutas. Segundo Peter Pal Pelbart (2013), se referenciando na leitura fundamental do livro de Luc Boltanski e Ève Chiapello “O novo espírito do capitalismo”, o capitalismo contemporâneo é conexonista e funciona em rede:

O ideal hoje é ser o mais enxuto possível, o mais leve possível, ter o máximo de mobilidade possível, o máximo de conexões úteis, o máximo de informações, o máximo de navegabilidade, a fim de poder antenar para os projetos mais pertinentes, com duração finita, para o qual se mobilizam as pessoas certas, e ao cabo do qual estão todos novamente disponíveis para outros convites, outras propostas, outras conexões. A própria figura do empreendedor já não coincide com aquele que acumula tudo, capital, propriedade, família – ao contrário, é aquele que pode deslocar-se mais, de cidade, de país, de universo, de meio, de língua, de área, de setor. O mundo conexonista é inteiramente rizomático, não finalista, não identitário, favorece os hibridismos, a migração, as múltiplas interfaces, metamorfoses etc. Claro que o objetivo final do capitalismo permanece o mesmo, visa o lucro (...)
— PELBART, 2003, p. 97



Reconhecendo os limites de tal exercício e dos riscos de cair em generalismos, pretende-se aqui estabelecer mais uma ferramenta de análise que visa dar suporte ao debate sobre os novíssimos movimentos sociais urbanos.

Algumas organizações chamam esta legitimidade produzida no acúmulo do trabalho ativista de lastro: uma diagonal entre a horizontalidade e a verticalidade.

8

Sobre a ditadura do proletariado, numa carta a J. Wedemeyer, datada de 5 de março de 1852, Marx negou que houvesse descoberto as classes ou a luta de classes, afirmando apenas que “o que fiz de novo foi provar: (I) que a existência das classes está apenas ligada a fases particulares do desenvolvimento da produção; (II) que a luta de classes leva necessariamente à ditadura do proletariado; (III) que essa ditadura constitui apenas a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes”. (BOTTOMORE, 1983, p. 183).

9

O quarto Maio de 1968, identificado por Badiou, é aquele que procurava o que poderia existir além do muro do revolucionarismo clássico. De certa forma “procurava às cegas” seus eixos políticos, pois o fazia usando a mesma linguagem revolucionária da qual pretendia se desfazer. O quarto Maio é a diagonal que atravessava os outros três (estudantil, operário e libertário), é a negação às estruturas tradicionais da esquerda (BADIOU, 2012).

10

“As demandas por transformação social se transmutam em demandas por cuidado social. Mas a demanda por cuidado é uma demanda que, para funcionar, deve reconhecer a legitimidade do lugar do outro que pode cuidar de mim. Esta não é uma demanda política de transformação, mas uma demanda terapêutica de acolhimento. Quem pode por cuidado reforça a posição de quem aparece como capaz de cuidar” (SAFATLE, 2015, p. 90).

Uma importante clivagem comportamental entre militâncias e ativismos reside em seus modos gerais de articulação, meios através dos quais cada tipologia almeja atingir seus objetivos, respectivamente, as lutas de classes e as lutas por reconhecimento. As lutas de classe se articulam, de modo geral, em torno da crença revolucionária, ao passo que as lutas por reconhecimento visam o acesso à direitos de toda ordem. Tal diferença de objetivos pressupõem sujeitos coletivos distintos, portadores de subjetividades próprias.

A subjetividade militante parte da determinação genérica do proletariado, como sujeito universal da classe operária, despossuído de valores tradicionais, cujos laços originais foram todos perdidos, e que não teria mais para onde voltar. Esse sujeito genérico e igualitário operacionaliza a transformação social revolucionária, que visa através da luta de classes a ditadura do proletariado⁸: “Nada sou e serei tudo” (MARX *apud* SAFATLE, 2015, p. 79), ou ainda, como expresso no encerramento do Manifesto Comunista: “Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletariados nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 1998, p. 69).

Tal ideal revolucionário tem em maio de 1968⁹ um importante marco divisor, visto que, a partir dele, as lutas de classe foram gradativamente perdendo centralidade nos debates sobre conflitos sociais. O proletariado, como sujeito universal da subjetividade política operária, parecia não reconhecer as questões morais e culturais, associadas ou não à distribuição de renda. Dessa forma, surge uma nova subjetividade, calcada no multiculturalismo, em defesa das minorias étnico-culturais e de gênero, como tendência hegemônica da nova dinâmica das lutas sociais, que passam a operar a afirmação cultural das diferenças e que objetivam a ampliação do acesso a direitos através da denúncia dos desamparos socialmente produzidos, nitidamente endereçados a setores sociais determinados, via pressão por reparação. Tal pressão não visa superar esse desamparo pela sua negação, mas sim, por meio da sua reafirmação como método de denúncia¹⁰. Esse primeiro conjunto de singularidades dá indícios de uma mudança na relação entre tipologia de demanda e método de ação, percebida na transformação das demandas materiais, associadas às lutas militantes, para uma grande demanda de pautas imateriais, características das novas lutas ativistas.

Também do ponto de vista dos objetivos de cada uma das tendências, pode-se observar uma mudança de viés. As lutas militantes se articulam em causas que têm uma temporalidade longa, envolvem projetos utópicos, projetos de Estado-nação, arborescentes, que constroem estatutos de institucionalidade interna, elaboram redes de permanência em territórios e de ações contínuas, visam a ampliação do campo de ação estendendo suas redes. Por outro lado, em geral, as lutas ativistas se organizam por pautas conquistáveis através de ações táticas, de curta duração, com objetivos pontuais, dispersas e de ação surpreendente que operam por inflexões na ordem do cotidiano, sua principal tática tem sido a manifestação, seja de caráter festivo lúdico, seja via levantes de indignados, mais aguerridas e violentas. Geralmente as suas manifestações têm caráter performático, estético e convidativo, de modo que a adesão rizomática pode se dar a qualquer momento e por qualquer cidadão. O ativismo se manifesta preferencialmente como espaço de ação de indignados, basta que se organizem

em um levante performático contra algo. Já a militância trabalha, na maioria das vezes, com elaborações lentas, processos que, como as ocupações fundiárias, demandam um trabalho cotidiano e constante.

Do ponto de vista das hierarquias, as organizações militantes mantêm sistemas verticais, com instâncias de direção, cargos rotativos, sedes permanentes, estatutos rígidos (que contém inclusive previsões coercitivas para determinados descumprimentos das cláusulas), reuniões fechadas, etc., o que resulta em coletivos militantes restritos, cuja adesão se dá por filiações e recrutamentos. As organizações militantes, a princípio, não estão abertas à entrada de quaisquer novos integrantes a qualquer momento, há certo rigor na seleção de novos camaradas. Enquanto nos movimentos ativistas o que dá organicidade às ações é a horizontalidade, nas militâncias os vínculos são relativamente fixos com suas bases. Mas há que se ressaltar que horizontalidade não significa a ausência de lideranças, significa que tais lideranças são legitimadas por seu acúmulo de ações realizadas, de experiência e notoriedade junto à comunidade envolvida¹¹, este conjunto de ações vai aglutinando coletivos ativistas entre momentos mais ou menos ativos, e a espontaneidade e boa vontade são decisivos para sua concretude.

O desdobramento ideológico nas ações de cada um terá também efeitos distintos: as militâncias tendem à crítica-reivindicativa como eixo central de ação política, tendem a disputar suas causas e reivindicar suas pautas (não raro, através da ação direta) e demandar do Estado, empresa ou instituição a qual se direcionam que assumam determinada responsabilidade diante do desamparo, falta ou objeto perdido. Já os ativismos possuem certa pulsão propositiva, apontam soluções autônomas, realizam ações táticas, que têm origem em pulsões positivas e como pano de fundo certo amor pelo objeto do ativismo ou desejo de transformação, “paixão” e “querer” são centrais nos discursos e ações ativistas.

Do ponto de vista do engajamento, pode-se concluir que no caso da militância há uma adequação da vida cotidiana à militância, ou pode-se dizer que o sujeito militante tem na militância seu modo de vida, enquanto no ativismo há uma adequação da ação ativista à vida cotidiana, o ativismo é que precisa se adequar para que possa caber nas agendas de seus sujeitos.

Por fim, pode-se constatar, com relativa facilidade, a forte presença dos movimentos militantes, organizados de maneira arborescente, enfrentando o intenso processo de urbanização e de expansão dos territórios da sociedade capitalista sobre os “territórios selvagens”. Por outro lado, é possível identificar a insurgência de organizações e mobilizações ativistas, rizomáticas, que emergiram a partir da crise imobiliária estadunidense de 2008, do arrefecimento da produção industrial-material e do acelerado processo de metropolização da população mundial. Mas devemos nos perguntar: por que isso aconteceu? Como se deu o processo de surgimento e ampliação dos movimentos ativistas?

Cocco (2013) propõe a leitura de um processo de reestruturação no sistema de produção do regime capitalista pós-industrial. Neste novo regime, o “trabalhador vivo”¹² passa a ser o capital variável da “produção imaterial”¹³, ao passo que o

**ATIVISMO
: PRECARIZAÇÃO
DAS LUTAS EM
TEMPOS DE
TRABALHO
IMATERIAL?**

O termo “trabalhador vivo” aqui é utilizado para distingui-lo da máquina.

conhecimento passa a ser o capital fixo, até então cristalizado nas máquinas, e agora fixado em cada trabalhador. Este conhecimento fixado está diretamente relacionado à formação educacional e a experiência de cada trabalhador, e diz respeito à sua capacidade de formular, operar e competir no interior de redes de informações e valores.

O trabalho imaterial surge na passagem da grande indústria para o pós-fordismo, onde o pós-fordismo apresenta-se como estágio intermediário para uma nova era de acumulação: financeirizada, organizada em redes e de valores intangíveis. Esta transição implica no surgimento de uma nova classe média, calcada na produção constante de novas subjetividades, nas quais trabalho, consumo e lazer se confundem. O trabalho passa a significar produzir a si mesmo também como objeto de consumo no interior do capitalismo (LAZZARATO; NEGRI, 2013).

Por sua vez, Dardot e Laval (2016) afirmam que o neoliberalismo é um sistema normativo que reorganiza a sociedade, não apenas na perspectiva da economia política, mas também nos seus regimes subjetivos e modulações de afetos. Assim, o neoliberalismo, altamente flexível e rizomático, caracteriza-se por um prosseguimento intensificado do capitalismo, por condutas antidemocráticas fundamentadas na desativação da política como atividade, sistematicamente e gradativamente substituída pela gestão. Caracteriza-se também pela destruição das condições do coletivo, seja pela flexibilização do trabalho e ampliação da concorrência laboral, seja pela intensificação da dinâmica de concorrência subjetiva entre os sujeitos neoliberais. Ou seja, o neoliberalismo persiste como norma de vida, que impõe um universo de competição generalizada, criando circunstâncias globais que envolvem aspectos políticos, econômicos, sociais e subjetivos.

Isso é facilitado pelo fato de o neoliberalismo ser mais do que uma doutrina econômica, ou, como propõe Safatle (2016), o neoliberalismo é um discurso moral. No interior deste mecanismo moral não se diferencia ação corporativa-empresarial de ação cotidiana. Produtividade e concorrência passam a ser os critérios de mediação entre as relações da vida em sociedade, o que obstrui, no interior do regime neoliberal, ações concretas em torno dos comuns, naturais ou sociais. Desta forma, o empreendedorismo passa a ser o *modus operandi* do governo de si desse sujeito neoliberal, e saúde, *hobbies*, habilidades, grau de escolaridade, passam a ser as unidades de medida do valor desse sujeito auto-empresariado para competir. O sujeito neoliberal internaliza um tipo específico de autonomia, conduz ele próprio a dinâmica de produção canalizada pelo achatamento neoliberal da coletividade, diante de um horizonte cada vez mais estreito no qual “não há alternativa”: discurso vastamente divulgado via *TINA – there is no alternative* – proclamado por Thatcher.

Esta é a condição evanescente, na qual a “classe-que-vive-do-trabalho”¹⁴, ao competir entre si nos mais sutis detalhes, deixa de compor uma classe portadora de uma única subjetividade que a direcione a objetivos comuns, conquistáveis em conjunto – vide o enfraquecimento dos sindicatos e a crescente flexibilização do mundo do trabalho. Agora, não mais sob a condição proletariada, o fragmentado precariado terá que se organizar para superar o estado de exploração ao qual está submetido (HARVEY, 2014).

Nesse contexto neoliberal, imperial, de capitalismo flexível e precarização do trabalho e das lutas organizadas nacionalmente, vale ressaltar o alerta de Nancy Fraser (2017) sobre as armadilhas do “neoliberalismo progressista” postas ao ativismo diante do novo sujeito neoliberal:

Nos EUA, o neoliberalismo progressista é uma aliança entre, de um lado, correntes majoritárias dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo e direitos LGBT) e, do outro lado, um setor de negócios baseado em serviços com alto poder “simbólico” (Wall Street, o Vale do Silício e

Hollywood). Nesta aliança, as forças progressistas se unem às forças do capitalismo cognitivo, especialmente à “financeirização”. Embora involuntariamente, o primeiro oferece ao segundo o carisma que lhe falta. Ideais como diversidade e empoderamento, que poderiam em princípio servir a diferentes fins, hoje dão brilho a políticas que destruíram a indústria e tudo aquilo que antes fazia parte da vida da classe média.
— FRASER, 2017

Como já foi dito, após o colapso financeiro de 2008, instaurou-se um regime de crise estrutural em todo o mundo, marcado pela combinação entre austeridade, livre comércio e empregos precários. Fraser (2017) afirma que a eleição de Trump, e a projeção de Bernie na disputa pela candidatura democrata, sinalizam, dentre outros motivos, uma resistência popular à hegemonia neoliberal, tendo em vista que ambos se apresentavam, cada qual ao seu modo, como alternativas nacionalistas e de economia política calcada no trabalho produtivo em detrimento do rentismo.

No caso do Brasil, foi durante as Jornadas de Junho de 2013 que o ativismo¹⁵ se manifestou em seu estado mais intenso, como por exemplo, na rejeição às organizações verticais com liderança centralizada, e também na recusa a qualquer força estético-política que pudesse “pautar as mobilizações”, o que incluía também, rejeição às camisas e bandeiras de partidos políticos. A multidão, que marchou junta em 2013, era composta por integrantes de grupos e ideologias distintas: marxistas, liberais, anarquistas, autonomistas, etc., incluindo grupos despolitizados e ainda, grupos outros que tiravam *selfies* com a polícia militar.

Além desta diversidade específica dos agrupamentos e sujeitos políticos, que compuseram esse novo ciclo de lutas no Brasil, aponta-se que os movimentos, que surgiram no mundo nos últimos anos, apresentam uma série de características comuns, mas as principais qualidades passam pela ideia de que estão conectados em rede de múltiplas formas:

O uso das redes de comunicação da internet e dos telefones celulares é essencial, mas a forma de conectar-se em rede é multimodal. Inclui redes sociais *on-line* e *off-line*, assim como redes preexistentes e outras formadas durante as ações dos movimentos. Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento.

Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência continua tem lugar no espaço livre da internet. Por serem uma rede de redes eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. Desse modo, não precisam de uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções. Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral. Também reduz a vulnerabilidade do movimento à ameaça à repressão, já que há poucos alvos específicos a reprimir, exceto nos

Noção ampliada de classe trabalhadora, que incorpora tanto os trabalhadores produtivos, como aqueles assalariados improdutivos, que não geram mais-valor, mas que são imprescindíveis no processo de trabalho capitalista e vivenciam situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos trabalhadores produtivos, o que inclui os voluntários. (ANTUNES; PRAUN 2015).

Há de se reconhecer que houve, em 2016, durante as manifestações pelo impeachment o surgimento de um “ativismo de direita” realizando um uso muito assertivo das tecnopolíticas que havia circulado durante as jornadas de junho de 2013 no campo do esquerdismo, dos movimentos autonomistas e anarquistas.

lugares ocupados; e a rede pode se reconstruir enquanto houver um número suficiente de participantes, frouxamente conectados por seus objetivos e valores comuns. A conexão em rede como modo de vida do movimento protege-o tanto dos adversários quanto dos próprios perigos internos representados pela burocratização e pela manipulação.
— CASTELLS, 2013, p. 160

Mesmo que saibamos da expressividade e da potência dos atos multitudinários conectados em rede, muitos deles envolvendo situações carnavalescas e performances *black blocs* como expressão estética potente e fortemente imagéticas, depois de passado o ciclo destas manifestações, faz-se necessário observar os desdobramentos desse grande caldo dionisíaco e carnavalesco. Se por um lado, as lutas urbanas ganharam corpo e avançaram em termos de legitimidade, e muitas vezes, institucionalização de novos processos de gestão, mais horizontais e abertos, por outro lado, assistimos a uma tentativa constante de captura dos processos tecnopolíticos das lutas, envolvendo redes e ruas, por grupos de direita¹⁶.

Vale ressaltar que, apesar do empolgante cenário de efervescência política multitudinária, houve uma ampliação de grupos diversos que abandonam pautas mais radicais de esquerda envolvendo a luta de classes. Muitas das novas lutas contemporâneas, próprias dos novíssimos movimentos sociais, focam cada vez mais em lutas identitárias, desconectadas entre si, e cada vez mais distantes da configuração de um corpo político forte, capaz de se contrapor nacionalmente aos desmandos do capital. A busca por liberdade e direitos individuais, e não mais coletivos, abrem espaço para possíveis críticas aos novíssimos movimentos sociais, mais ativistas. Harvey (2016) em seu livro "17 contradições e o fim do capitalismo", em sintonia à crítica ao neoliberalismo progressista adotada por Fraser mais tarde, abre uma brecha para a realização de uma crítica dura aos movimentos contemporâneos que, por exemplo, adotam a liberdade como eixo principal em defesa de autonomia e mais justiça social:

Será que trabalhamos, quase sem saber, com conceitos parciais, corrompidos e, por fim, restritivos de liberdade e autonomia, que só fazem apoiar o *status quo* e, em sentido mais profundo, representam a visão deformada do capital sobre o que são os direitos humanos e a justiça social? Será que o motor econômico do capital está tão fortemente ligado a certos conceitos fundamentais, embora parciais, de liberdade e autonomia a ponto de tolher uma abordagem que não seja, na pior das hipóteses, empresarial e, na melhor, humanista liberal da questão política crucial da liberdade versus dominação?
— HARVEY, 2016, p. 186

A sugestão de Fraser (2017) para formulação de uma alternativa ao neoliberalismo progressista toca especificamente este ponto:

Em vez de aceitar os termos apresentados a nós pelas classes políticas, que opõem emancipação a proteção social, deveríamos trabalhar no sentido de redefini-los, tendo como apoio a crescente repulsa da sociedade contra a ordem atual. Em vez de nos aliarmos ao ideal da financeirização-com-emancipação contra a proteção social, deveríamos construir uma nova aliança entre emancipação e proteção social, contra a financeirização.

Mas é claro que há positividade nas novas configurações das lutas contra o Estado-capital neoliberal, identificável, por exemplo, na articulação das várias

lutas territoriais geradas no auge do ciclo de lutas de 2013 no Brasil. Entretanto, para que os novíssimos movimentos sociais não se percam em processos mais individualistas, é importante que aconteça uma articulação das táticas e estratégias adotadas pelos diferentes movimentos militantes e ativistas, e que se promova a compreensão dos mecanismos usados nos processos vitoriosos nos quais o avanço do Estado-capital foi desmobilizado.

Essa reflexão nos abre um campo de debate importante para revisão cuidadosa das Jornadas de Junho de 2013, observando, principalmente, a potência da hibridação entre a militância clássica, típica dos ocupas por moradia, e as lutas ativistas, típicas dos eventos culturais. Ou seja, a diferenciação entre militância e ativismo é importante para qualificar as estratégias usadas pelos movimentos, e não para enquadrar um ou outro dentro de um tipo. A partir da sistematização das qualidades elencadas, é possível fazer um mapeamento das transversalidades entre os movimentos de luta característicos de um contexto industrial e os movimentos atuais, oriundos, inclusive, da financeirização crescente do espaço. A questão que interessa saber é quais são as circunstâncias em que os modos de agir militante ou ativista prevalecem, considerando-os muito mais como estratégias de enfrentamento ao Estado-Capital, do que como um perfil fixo em prol de uma categorização essencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado esse panorama das lutas, algumas questões se fazem pertinentes de serem ressaltadas para futuros debates envolvendo avanços e recuos das lutas territoriais urbanas militantes e/ou ativistas.

A primeira questão a ser observada é que não há mais um grupo claro de organizações, mobilizações ou movimentos sociais que sejam exclusivamente militantes ou ativistas, sendo que estas "tipologias" não se apresentam como categorias de lutas, mas agenciamentos de tecnologias de ação popular e coletivas que podem ser utilizadas por quaisquer movimentos.

A segunda se refere à importância das resistências urbanas na produção do território. Por mais intangíveis que se façam parecer as estruturas do capitalismo cognitivo-imaterial-financeiro, seus modos de produção ainda mantêm relações de trabalho, extração de mais-valor e renda da terra existentes desde o período industrial, e também por isso as organizações de bases marxistas ainda se mantêm combativas frente ao novo capitalismo pós-industrial. A ação das lutas territorializadas tem efeitos transescalares, afetam diretamente o inimigo local, seja o pequeno rentista, a construtora, o projeto de lei etc., mas seus efeitos vão além, no ponto cego das lutas territoriais.

O terceiro ponto que merece atenção está nos processos de hibridações entre as diversas modalidades de lutas territoriais, que têm se apresentado como estratégias catalisadoras para o aumento do potencial de enfrentamento das lutas ao capitalismo cognitivo e de produção de comuns urbanos de grande efeito na vida cotidiana de suas comunidades. A tendência forte de substituição do modelo militante pelo modelo ativista, por si só, não é garantia de grandes vitórias para as lutas populares. Por outro lado, os novíssimos movimentos têm demonstrado grande potencial de afetação por meio da expertise de utilizar estratégias diversas, ora da militância, ora do ativismo, como ferramentas para

formular novas possibilidades e horizontes de luta, que tenham efeito em distintas tipificações, provocando desdobramentos positivos para as cidades no contexto do novo associativismo. Mas a partir desse ponto novas questões se colocam: estaria a multidão ativista de fato a altura de resistir ao capitalismo financeiro globalizado, praticamente invisível no campo de disputa? Seria a multidão multiculturalista um corpo coletivo mais sofisticado e eficiente que o proletariado militante? Ao que tudo indica, ainda não há um modelo que possa fazer frente revolucionária ao Estado-capital, talvez o ponto de partida para tal estrutura passe pelo autorreconhecimento do precariado enquanto classe revolucionária e à hibridação estratégica e tática entre processos militantes e ativistas.

A quarta questão está no risco de se sobrepor pautas e causas de ativismos às principais pautas do neoliberalismo, do urbanismo estratégico financeirizado, desviando o debate do direito à cidade para o urbanismo tático, o que em muitos casos, leva a um conjunto de mobilizações que colaboram nos processos de gentrificação. É preciso estar atento às armadilhas do capitalismo cognitivo. Harvey aponta que talvez a única saída que nos resta para enfrentar a besta capitalista seja o humanismo revolucionário, e agrega a esta premissa uma forte crítica ao capitalismo que se alimenta das graças da liberdade, utilizando-a, de forma contraditória, para dominar os outros com a mão esquerda, enquanto os socorre com a mão direita (HARVEY, 2016, p. 196). Mas como estabelecer estruturas de análises de tais processos, e ainda, alertar que determinadas lutas se engajem (acidentalmente ou não) em processos de produção para expropriação do comum?

A quinta diz respeito à experiência de cartografar as lutas territoriais. É possível criar tipificações para alinhar minimamente o modo como se aproxima, analisa e cartografa as lutas e resistências em cada cidade? A nossa aposta é de que, ao observar os territórios pelo recorte temático das lutas, seja possível uma leitura que as potencialize e que promova as possibilidades de hibridação. O que nos leva a outra questão: como a universidade e grupos de pesquisa que trabalham com o território podem colaborar com as redes de lutas?

A sexta se refere ao anticapitalismo. A adesão às propostas capitalistas nos processos de insurgências populares, via acesso à propriedade privada, ou ainda a promessa de regularização fundiária, dentre outras, são sucessivamente reapropriadas pelos processos de acumulação, e essas ações surgem como mecanismos de “adiamento das crises de sobreacumulação” (CANETTIERI; NEVES, 2017). Desse ponto de vista, somente um movimento anticapitalista poderia avançar em termos que extrapolem a acumulação capitalista. Mas quais são os termos que podem unificar o discurso anticapitalista? Quais os movimentos que já estão agindo sob tais apostas e quais as estratégias efetivas que estão sendo usadas?

A sétima diz da nova condição de classe e renda desse ativismo rizomático, que permite a incorporação de um maior repertório de práticas e teorias, cosmopolitismo, conexão com redes globais, novas dimensões artísticas, dentre outras qualidades, todas elas incomuns nos movimentos militantes tradicionais dos sem-teto, sem-terra, sem-mobilidade, sem-saneamento, sem-creche, sem-universidade etc. Portanto, a mobilização não nasce da precarieda-

de e da luta pela sobrevivência e atenção às necessidades básicas, o que nos coloca a questão da luta de classes como pouco importantes nestes grupos de resistência que envolvem os novíssimos movimentos urbanos, demonstrando um deslocamento com efeito bolha burguesa globalizada.

Por fim – oitava –, o que há em comum desde maio de 1968 nos decorrentes processos de alteração nas formas de lutas é o processo de tentativa de dissolução do Estado-nação. O “novo” surge como uma constante (“novos movimentos sociais”, “novo terceiro setor”, “novo associativismo”, “novíssimos movimentos sociais”) e, sintomaticamente, acompanhado pelas ondas de neoliberalização anti-estatais. Não se trata de uma defesa contundente do Estado, mas de disputá-lo com o capital, e como sugere Harvey: “o aumento da parcela do excedente sob controle do Estado só funcionará se o próprio Estado reformular-se e voltar a se colocar sob o controle democrático do povo” (HARVEY, 2014, p. 62). ✎

ANTUNES, R.; PRAUN, L.
A sociedade dos adoecimentos no trabalho.
Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <dx.doi.org/10.1590/0101-6628.030>
Acesso em: jul. 2017.

COCCO, G. M.
Introdução.
In: LAZZARATO, M; NEGRI, A. Trabalho Imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

BADIOU, A.
A hipótese comunista.
São Paulo: Boitempo, 2012.

BOTTOMORE, T. editor.
Dicionário do Pensamento Marxista.
Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS, M.
Redes de indignação e esperança.
Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C.
A nova Razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal.
São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.
Mil platôs: vol.1.
São Paulo: Editora 34, 2011.

FRASER, N.
A eleição de Donald Trump e o fim do neoliberalismo progressista.
Dissent Magazine. 2017. Disponível em:<operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/46163/a+eleicao+de+donald+trump+e+o+fim+do+neoliberalismo+progressista.shtml.>. Acesso em: set. 2017.

GOHN, M. G.
História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros.
São Paulo: Loyola, 2013.

Los movimientos sociales brasileños de la última década.
In: ALMEIDA, P; et al. Movimientos sociales en America Latina: perspectivas, tendencias y casos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 619-639. Disponível em: <alainet.org/es/file/12478/download?token=gHQzFIdU>. Acesso em: set. 2017.

Novas teorias dos movimentos sociais.
São Paulo: Loyola, 2014.

O mundo urbano: Cenário associativista para o novo milênio.
In: Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 57-99.

HARDT, M.; NEGRI, A.
Declaração: Isto não é um manifesto.
São Paulo, Editora n-1, 2014.

Multidão.
Rio de Janeiro: Record, 2005.

Império.
Rio de Janeiro: Record, 2001.

Commonwealth.
Cambridge e Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HARVEY, D.
17 Contradições e o fim do capitalismo.
São Paulo: Boitempo, 2016.

Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana.
São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LAZZARATO, M; NEGRI, A.
Trabalho Imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade.
2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

MARX, K.; ENGLER, F.
Manifesto Comunista.
São Paulo: Boitempo, 1998.

MAYER, J. G. M.
O comum no horizonte da metrópole biopolítica.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - NPGAU, UFMG, Belo Horizonte, 2015.

PELBART, P. P.
Vida capital. Ensaio de biopolítica.
Ed. Iluminuras: São Paulo, 2003.

RENA, N. S. A.
Arte, espaço e biopolítica.
In: RENA, OLIVEIRA, CUNHA. (Org.). Arte, espaço e biopolítica. 1ed.Belo Horizonte: Do Editora, 2015, v. 1, p. 22-74.

SAFATLE, V.
Por um conceito antipredicativo de reconhecimento.
São Paulo, Lua Nova, 94, v. 1, 2015. p. 79-116.

Quando as ruas queimam: manifesto pela emergência.
São Paulo: N-1, 2016.

SOUSA, M. L.
Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as 'critical urban planning' agents.
CITY, VOL. 10, NO. 3, 2006. Disponível em:<mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/4a_aula/Souza_Marcelo_2006_Together_despite_against_the_state.pdf>. Acesso em: mar. 2016.